

*François Duvalier e o bonapartismo haitiano**

EVERALDO DE OLIVEIRA ANDRADE

Universidade de São Paulo

Resumo: O regime autoritário implantado por François Duvalier entre 1957, ano em que foi eleito presidente, e 1971 quando transmitiu o poder a seu filho Jean-Claude, foi construído a partir de uma rede densa de relações políticas, econômicas e sociais que enlaçou fios da complexa sociedade haitiana – com suas tensões raciais e de classes – e a conjuntura internacional que envolvia o reacender dos nacionalismos na América Latina, o processo ainda em curso da revolução cubana e as pressões sempre presentes dos Estados Unidos sobre o país. Este artigo pretende recuperar e problematizar alguns aspectos particulares da formação do regime duvalierista como expressão de um possível regime bonapartista *sui generis* como fase transitória à sua consolidação.

Palavras-chave: Haiti; François Duvalier; Bonapartismo.

Resume: Le régime autoritaire mis en œuvre par François Duvalier de 1957, l'année où il a été élu président et en 1971, quand il a passé le pouvoir à son fils Jean-Claude, a été construit à partir d'un réseau dense de relations politiques, économiques et sociaux qui se est achevé fils la société complexe haïtienne - avec ses tensions raciales et de classe - et la situation internationale impliquant la renaissance du nationalisme en Amérique latine, le processus en cours de la révolution cubaine et la pression toujours présente US sur le pays. Cet article vise à récupérer et discuter des aspects particuliers de régime duvaliériste en tant qu'expression d'un régime *sui generis* bonapartiste également présent dans d'autres pays d'Amérique latine.

Mots-clés: Haïti; François Duvalier; Bonapartisme.

* Recebido em 10 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 17 de outubro de 2015.

Este artigo analisa a formação do regime autoritário haitiano implantado por François Duvalier após 1957, ano em que foi eleito presidente e que prosseguiu em 1971 quando transmitiu o poder a seu filho Jean-Claude. Utiliza-se o conceito de *bonapartismo* para se buscar uma compreensão da fase transitória e inicial que antecedeu a plena consolidação do regime como uma ditadura vitalícia e hereditária. A presença haitiana se entrelaçou recentemente com a história do Brasil pela presença de tropas de ocupação brasileiras no país caribenho. O autoritarismo, muito mais que a liberdade e a democracia é o que parece expressar o fio de conexão entre a história das duas nações através da presença do exército brasileiro no país caribenho. No entanto, as raízes do autoritarismo haitiano desse período que vamos examinar possuem especificidades. Nossa hipótese principal é a de que o regime ditatorial de Duvalier não nasceu de uma instituição em particular como uma milícia armada ou do exército nacional, mas de um regime transitório bonapartista, algo provavelmente necessário para consolidá-lo e principalmente para destruir ou cooptar as tradições e instituições políticas anteriores como partidos, movimentos sociais e sindicatos que desde a insurreição popular de 1946 buscavam um caminho democrático e popular para o país. Esse processo aplicado por Duvalier complementava-se com uma ideologia conservadora nacionalista e racista elaborada desde a década de 1930 e voltada à conquista do apoio da maioria negra para se criarem, assim, os novos instrumentos para o exercício do poder autoritário.

O conceito de *bonapartismo sui generis* foi formulado originalmente por Leon Trotsky durante sua estadia no México no final dos anos 1930 buscando analisar os governos nacionalistas como o de Lázaro Cárdenas, Getúlio Vargas e outros na América Latina da época. Segundo Trotsky, as burguesias submetidas ao capital estrangeiro, e frente a pressão local dos movimentos operário e popular organizados, poderiam oscilar politicamente sob essa dupla pressão vinda externamente do imperialismo e localmente do movimento operário. Como consequência poderiam ora atacar os direitos sociais dos trabalhadores para defender os interesses dos capitalistas estrangeiros, ora fazer concessões sociais buscando uma base de apoio de massas que possibilitasse uma política internacional razoavelmente independente. E nesse sentido, um governo

com essas características buscaria colocar-se acima das classes e forças sociais antagônicas criando num certo tipo de capitalismo de estado e uma ideologia nacionalista visando a unidade nacional, o que permitiria dar tempo para uma recomposição hegemônica das classes dominantes. A maior ameaça ao *bonapartismo* seria a ação independente do movimento massas operário e popular, o que tenderia a levar esses regimes a aprofundarem medidas visando o controle dos sindicatos, partidos de massa e movimentos populares na via de uma ditadura (IANNI, 1989, p. 35; TROTSKY, 1999, p. 120-121). As excessivas generalizações e banalizações no uso do conceito de populismo têm, por outro lado, favorecido a busca ou retomada do conceito de bonapartismo para a análise de uma série de regimes políticos que caracterizaram a história latino-americana de meados do século XX. Mesmo as complexas e relativamente bem conhecidas e estudadas experiências históricas como o cardenismo mexicano e o peronismo argentino são limitadamente compreendidas através dos usos do conceito de populismo (CAPELATO, 2001, p. 163).

Para se examinar a problemática em torno de um possível bonapartismo no Haiti desde o conceito desenvolvido por Leon Trotsky analisaremos inicialmente o processo eleitoral que culminou na vitória de François Duvalier em 1957. Em seguida é abordado o lugar ocupado pelas pressões externas e colaboração dos EUA com o regime haitiano no contexto internacional da chamada ‘guerra fria’. A fase inicial do governo de Duvalier que buscamos caracterizar como bonapartista corresponde ao mesmo tempo ao auge do discurso nacionalista e em favor da maioria negra e que é estudada paralelamente às novas e específicas instituições que são criadas pelo novo regime como as milícias civis, a crescente repressão e um novo e enraizado sistema político de controle social. Por fim, a consolidação do autoritarismo que corresponde ao fim do bonapartismo se caracterizará pela institucionalização da ditadura, do terror e da violência de Estado, com o controle ou destruição de antigas instituições nacionais como as universidades, igrejas, imprensa, sindicatos e partidos opositores.

O decênio da história haitiana que antecedeu a ascensão de François Duvalier (1946-1956) foi marcado internamente pelas repercussões da insurreição popular de 1946, com o surgimento de novas forças e

organizações políticas nacionalistas e de trabalhadores que escapavam das estruturas tradicionais de controle político que haviam sido implantadas pela ocupação estadunidense (1915-1934). No plano latino-americano governos e regimes de orientação nacionalista ganhavam terreno como a revolução boliviana de 1952, o peronismo e o getulismo, além do processo revolucionário que se desenrolava na vizinha ilha de Cuba, gerando tensões num plano mais amplo entre as forças políticas alinhadas aos EUA e a URSS. Essa conjuntura se refletia no quadro de volatilidade e fragilidades das forças sociais e políticas locais, bem como das instituições que organizavam o processo político-eleitoral haitiano. A campanha eleitoral de 1956 refletiu esse quadro político tenso e em grande medida incontrolável.

Quatro candidatos principais disputavam as eleições presidenciais. François Duvalier apresentou-se como o representante dos supostos ideais majoritários dos negros que ele manipulava desde sua participação no grupo Griots na década de 1930.¹ O povo haitiano parecia majoritariamente acreditar que Duvalier possuía poderes mágicos para curar as pessoas e conversar com os espíritos. Porém, se ele não tinha esses supostos poderes,

¹ Um dos mais ativos movimentos de protesto nacionalista no período da década de 1930, o *Griots* desenvolveu uma abordagem própria da questão nacional e negra, enfatizando o passado africano do país e exaltando as grandes civilizações africanas. Seus principais animadores, Lorimer Denis e o próprio François Duvalier, insistiram na tese de que a biologia e o grupo racial determinariam a psicologia dos indivíduos, o que por sua vez determinaria a personalidade coletiva da nação. O *Griots* fazia uma leitura próxima das pseudoteorias fascistas e raciais que avançavam na Europa dos anos 1930 e da ideologia dos pan-africanistas como W. E. B. Du Bois. A teoria política desse grupo era essencialmente antiliberal e com ênfase no respeito à autoridade e à disciplina. O grupo propunha uma plataforma política para o país através de reformas que abrangeriam o respeito à religião vodu, incentivos à cultura e à música africana, sua arte e literatura, uma reestruturação do sistema educacional e uma redução do papel da Igreja Católica e que despertou grandes simpatias. Acreditavam que o poder poderia ser tomado por um governo autoritário composto pelos negros representantes da maioria nacional discriminada pelos “mulatos”. Os responsáveis pelo atraso e pelo desrespeito às origens negras e africanas do povo haitiano seriam esses “mulatos” locais. E, nesse sentido, se afastaram e se distinguiram tanto do movimento indigenista haitiano, que defendia a originalidade híbrida da cultura popular do país, quanto das manifestações dos movimentos e intelectuais da negritude caribenha, como Aimé Césaire (*Discurso sobre o colonialismo*), que defendiam os direitos dos negros em uma perspectiva de unidade na luta anti-imperialista de todos os povos.

os tinham muito terrenos como médico, intelectual e político habilidoso utilizando-os muito bem como profundo conhecedor da cultura popular. Mantinha e cultivava boas relações com os tradicionais sacerdotes vodus (os houngans) que haviam sido historicamente perseguidos, o que lhe atraía grandes simpatias populares. Outro importante candidato era Louis Déjoie, certamente um dos mais articulados oponentes de Duvalier e dos mais beneficiados pelo ardor nacionalista da pequena burguesia ascendente desse período. Ele era empresário, senador pelo Partido Agrícola e Industrial Nacional (PAIN), apoiado pela Igreja Católica, por grandes empresários e por outras forças conservadoras do país. O seu pedido de ajuda francesa o afastara das preferências políticas iniciais dos EUA.

Outro dos candidatos era Clemente Jumelle, do Partido Nacional (PN), um economista e tecnocrata que estudara nos EUA, na Universidade de Chicago. Tinha o apoio de membros da pequena e da grande burguesia, de negros e mulatos de todas as tonalidades, com uma proposta de reformas graduais e equilíbrio social. Como ministro das Finanças do governo anterior de Paul Magloire, era também apoiado por uma camada de funcionários qualificados, mas pouco representativos. Havia enfatizado durante sua campanha a proposta de uma administração eficiente e um viés tecnocrático e liberal para a gestão do governo. Era considerado por parcela da pequena burguesia como expressão de posições humanistas, liberais e modernas, conseguindo assim apoio amplo e até certo ponto difuso e pouco orgânico. Daniel Figiolé, que havia participado do gabinete de Dumarsais Estimé após 1946 tornara-se um líder popular enérgico e carismático. Fundador do Movimento Operário Camponês (MOP), era chamado tanto de fascista como de comunista pelos adversários em função de sua retórica nacionalista radical. Foi capaz de erigir um movimento popular e nacionalista de massas porém fragilmente organizado. Seu discurso em *créole* rendeu-lhe popularidade nas favelas da capital Porto Príncipe, principalmente por sua oposição a intelectuais, oficiais, Igreja, empresários e classes altas. Figiolé era de fato o mais importante dirigente popular da capital haitiana e incansável organizador. Como líder foi um defensor apaixonado das camadas populares urbanas e constituiu uma destacada corrente sindical pelo país.

Após as tumultuadas e suspeitas eleições presidenciais François Duvalier foi declarado eleito no dia 22 de setembro de 1957 presidente do Haiti. Foram duvidosos 679.884 votos para um mandato de seis anos não renováveis. Um dos candidatos rivais às eleições de 1957, Louis Dejoie imediatamente desafiou a vitória de Duvalier, afirmando que não houvera uma vitória clara nas eleições. E se somou ao outro candidato Daniel Figiolé e seus partidários mais próximos das camadas populares para não reconhecer a vitória. De acordo com documentos do governo dos EUA disponibilizados posteriormente, Duvalier teria recebido 212.409 votos e Dejoie 975.687 votos (BELLEGARDE, 1990, p. 96-97).

Quatro dias depois do desafio que contestava os resultados eleitorais, os apoiadores de Dejoie chamaram uma greve geral de protesto. Militantes ligados a Duvalier, porém, ajudaram a polícia a enfraquecer o movimento usando a força para constranger trabalhadores e abrir locais de trabalho que aderiam à greve. A polícia atacou os partidários dos candidatos derrotados, sinalizando desde então que um novo estilo de política havia começado a agir já antes do governo de Duvalier ter-se instalado. A vitória de Duvalier foi de fato preparada pela ação do exército e pelo uso sistemático da violência contra as massas populares relativamente organizadas nesse período. O aparato paramilitar de Duvalier anterior a 1957, que depois deu origem aos milicianos *tontons-makoutes* e outros, já atuava, muito embora não fosse uma excepcionalidade dos seus partidários. A lei marcial foi imposta ao país e muitos supostos desordeiros, militantes opositores, foram nessa ocasião presos ou mortos. No dia 22 de outubro de 1957 o mandato de Duvalier começava (ABOTH, p. 77).

A estagnação econômica da década de 1950, o aparente caos ideológico que refletia tanto fragilidades da burguesia como dos agrupamentos populares, operários e socialistas que se fortaleciam, ao lado da propensão do exército em usar a força cega contra civis pacíficos, tudo parecia favorecer uma situação instável e as práticas autoritárias como solução de conflitos (TROUILLOT, 1990, p. 139). Mas a ditadura Duvalier não foi um regime superficial baseado essencialmente na força, pelo menos em sua fase inicial. Havia uma crise social, política e econômica no país e a presença de novas forças políticas populares que poderiam ameaçar uma resolução

conservadora e institucional e mesmo com o uso indiscriminado da força. A crônica crise política do país nos períodos precedentes, em particular após a insurreição popular de 1946, se relacionava mais profundamente com a exploração econômica imposta à massa dos camponeses como maioria nacional e que refletia a subjugação numa escala maior da própria nação aos interesses externos. Essa era a fonte principal da instabilidade da nação haitiana. Duvalier provavelmente tenha sido uma resposta a esta instabilidade e crise das classes dominantes haitianas. Nossa hipótese é a de que essa resposta deu-se através da criação e consolidação de um regime autoritário para equilibrar as pressões populares e nacionalistas e as pressões externas buscando inicialmente colocar-se como árbitro acima da luta de classes, uma característica específica do regime bonapartista e que adquiriu tonalidades especificamente locais.

Os Estados Unidos e o regime Duvalier

Desde a ocupação do Haiti por tropas dos EUA em 1915 a questão da soberania nacional haitiana adquiriu uma nova conotação, ligada diretamente ao temor da recolonização. Setores populares e da pequena burguesia encabeçaram a resistência aos invasores e desenvolveram desde a década de 1920 iniciativas culturais e políticas que buscavam dar voz a um nacionalismo pujante expresso nos movimentos do indigenismo e negritude, mas que não alcançaram num primeiro momento uma resposta política mais coesa e consistente. Isso ocorreu somente após a derrota da guerrilha nacionalista dos Cacos e a morte de seu principal líder, Charlemagne Pèralt, em 1919. A repressão sistemática mesmo após a saída dos marines em 1934 através da recém-criada Guarda Nacional depois transformada em Exército, buscou, por outro lado, esmagar a consolidação de uma alternativa operária e camponesa que se esboçava em uma série e greves na década de 1930. Seguiu-se uma década de instabilidades no país, que era a expressão da fragilidade política e econômica, da submissão da classe dominante haitiana que renunciara a construir um projeto nacional que fosse alternativo à tutela dos EUA. Essa situação desembocaria na insurreição popular de 1946 e em

uma ascensão as lutas sociais e instabilidade política como nunca ocorrera desde a saída os marines. A década que antecedeu Duvalier não permitiu, portanto, o surgimento de um regime político estável e viu crescer as pressões externas vindas dos EUA.

Nessa medida, o governo estadunidense avaliou suas relações com o mandato de François Duvalier em duas perspectivas que exigiam envolvimento: por um lado um governo de um país próximo e instável política e socialmente, por outro, passível de sofrer influências políticas indesejáveis no quadro internacional da chamada guerra fria. O governo Duvalier não poderia ignorar esses interesses geopolíticos e econômicos estrangeiros, o que poderia favorecer uma retórica com tintas nacionalistas para efeito interno particularmente no início o seu governo. Ele sucessivamente manobrou internamente sua retórica de defesa nacional buscando neutralizar ou atrair diferentes setores políticos e sociais em todos os domínios da sociedade haitiana. Ele buscava se utilizar da instabilidade política e das pressões externas a seu favor manejando um discurso nacionalista e conservador em nome da maioria negra muitas vezes contra a majoritária parcela ‘mulata’ da burguesia. Esse movimento era uma das características marcantes do interregno bonapartista que definia inicialmente seu regime. A administração de Lyndon Johnson nos EUA, depois o Vaticano e em seguida a França aprovaram a solução original do presidente haitiano, primeiro tacitamente, e então mais abertamente.

A política bonapartista deu cobertura para uma recomposição do regime político haitiano com os EUA, cujo apoio cada vez mais ostensivo estava ligado à época à necessidade de combater a partir de uma base segura no Caribe a expansão da revolução cubana de 1959 e que desde 1961 alinhava-se com a URSS. Os aportes financeiros a Duvalier foram crescentes, inicialmente o valor de US\$7 milhões entre fevereiro e setembro de 1959 e mais 11 milhões em 1960. Em 1961 chegou a 13,5 milhões cobrindo mais de 50% do orçamento nacional do país. Entre 1957 e 1986 a ajuda financeira dos EUA chegaria a mais de 900 milhões de dólares. Por outro lado, o povo haitiano passou a sofrer crescentes taxações e impostos, além de toda sorte de esquemas e meios de desvios das finanças públicas, redução de empregos e taxas especiais. Em meados da década de 1960

mais de 65% do orçamento do estado se destinava às forças de segurança (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 100). Com o apoio financeiro e político dos EUA sempre presente, Duvalier ajudou na longa guerra e cerco político e financeiro contra Cuba.

As oscilações bonapartistas de Duvalier nos anos iniciais de seu governo exigiam certo grau de autonomia que chegaram a criar atritos com o governo estadunidense. Mas a relação mesmo tendo sofrido tensões em alguns momentos, nunca deixou de ser muito próxima. Em maio de 1959 Duvalier recebera tratamento de saúde secretamente na base estadunidense de Guantánamo em Cuba. Outro exemplo dessa proximidade foi a organização de um corpo militar constituído pelos chamados “makoutes brancos”, setenta marines treinados para perseguir a oposição, supostos invasores ou exilados haitianos. O dirigente haitiano chegou a ser acusado pela administração Kennedy de ter se apropriado de fundos para ajuda assistencial e usado os marines não para treinar o exército, mas a sua milícia política, os tontons-makoutes. A ajuda foi suspensa em 1962. Esse pequeno incidente foi logo superado e em dezembro de 1963 os EUA voltaram a fortalecer Duvalier como contraponto ao regime cubano vizinho (HAGGERTY, 1991, p. 234). A retribuição veio logo. Em 1965 os votos do Haiti ajudaram os EUA na aprovação pela OEA da invasão à república Dominicana (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 99).

Apesar do discurso nacionalista e das dificuldades com a administração Kennedy, François Duvalier e seu governo deram sempre aos EUA um sólido sinal de submissão oferecendo apoio incondicional aos seus investidores. Entre 1957 e 1961 a empresa Reynolds Mining Company que explorava bauxita pagou apenas 7% de impostos locais para o estado haitiano, em contraste com o pagamento de 30% de várias plantações de café que os pequenos produtores haitianos pagavam ao estado. As exportações do país eram totalmente controladas por empresas dos EUA como sisal, açúcar, cobre, bauxita. Apesar das discordâncias eventuais – necessárias para sustentar a ideologia e retórica nacionalista - Duvalier convencera os EUA de que seu regime era uma resposta adequada e uma garantia contra uma possível ascensão de uma hipotética e ameaçadora esquerda no país.

Em 1962 Duvalier soube se utilizar da paranoia anticomunista dos EUA para seus próprios planos e convenceu Washington a financiar a construção de um aeroporto internacional em troca do voto do Haiti na OEA pela expulsão de Cuba. Nessa mesma época, o Partido Unificado dos Comunistas Haitianos (PUCH) deu a Duvalier a oportunidade de obter este apoio. O fim da década de 1960 começou uma chegada clandestina ao país e militantes em uma tentativa de guerrilha urbana que seria totalmente desmantelada em 1969. Duvalier teve sua chance de provar com sangue haitiano a sua reputação anticomunista. Ainda entre 1967 e 1970 o governo eliminou fisicamente, pressionou ou forçou ao exílio centenas de intelectuais progressistas, escritores, professores, jornalistas, líderes sindicais e camponeses. A maioria dessas pessoas não tinha contato com o partido comunista ou qualquer outra organização política de esquerda. O partido comunista ainda que não representasse uma séria ameaça política permitia justificar a existência de batalhões de elite do exército haitiano; estes diretamente controlados por Duvalier e financiados e treinados pelos EUA, capazes de localizar e eliminar qualquer a ameaça de uma suposta infiltração comunista (TROUILLOT, 1990, p. 203). Duvalier usaria ainda o pretexto da existência de alguns comunistas armados para fechar o legislativo e votar uma monstruosidade legal: a “Lei anticomunista” de abril de 1969 segunda a qual qualquer tipo de crença ou posição de fé no comunismo, verbal ou escrita, pública ou privada, seria declarada um crime contra a segurança nacional que colocava seu agente fora-da-lei e passivo de pena de morte, a ser julgado por uma corte militar (TROUILLOT, 1990, p. 204).

Do bonapartismo à construção da violência institucional

Duvalier chegou ao poder não apenas através da fraude e apoio dos EUA, mas também com significativo apoio social interno calcado em um discurso nacionalista e popular voltado para a maioria negra. Essa era uma das características iniciais do bonapartismo haitiano como regime transitório erigido para desarmar as organizações operárias e populares independentes. Muitos o viam como um homem do povo, um médico humilde e afável,

um político da pequena burguesia que não se enriquecera enquanto fora ministro de estado do presidente Dumarsais Estimé eleito em 1946. Foi esse difuso apoio popular e seu discurso nacionalista em favor do poder negro que lhe permitiu transitar para uma ditadura civil com a implantação de novas e inéditas instituições autoritárias no país.

O tema da unidade nacional e do papel do estado enfatizado por Duvalier desde início do seu governo era uma das bases do bonapartismo que caracterizava o regime. A sua concepção de unidade nacional, no entanto, era vaga. Para a direita política a questão nacional era argumento para qualquer aliança que pudesse bloquear forças de esquerda ou organizações independentes de extração popular. Para muitos segmentos nacionalistas despertados na década de 1920 em diante, a ideia de soberania nacional se identificava com o poder político para a maioria negra ou pelo menos, genericamente, uma maior democratização e balanceamento entre negros e ‘mulatos’ dentro do aparato do estado. Duvalier expressaria a possibilidade de regeneração da nação. Tendo em conta essas expectativas, ele desenvolveu um discurso inicialmente nacionalista que incorporou o tema da negritude, mas com objetivos conservadores (SCARAMAL, 2006, p. 74).²

O aspecto simbólico do regime Duvalier permite perceber efetivamente como ele manipulou o discurso em defesa da maioria negra para assegurar um mínimo de consentimento de parte dos diversos segmentos da população. Isto permitiu estabelecer uma cobertura ideológica dupla ao bonapartismo: uma suposta consciência racial como base de coesão nacional e da pequena burguesia negra como representante natural dessas massas populares com sérios desdobramentos nas lutas de classes dos trabalhadores

² A nascente antropologia haitiana do século XIX buscou refutar as teses de inferioridade racial dos negros e as definições que caracterizavam o mundo dos negros como espaço de tiranias e superstições. Um dos marcos foi o livro de Anténor Firmin (*De l'égalité des races humaines*, 1885), escrito como uma resposta direta e ‘científica’ às teses de Gobineau (*De l'inégalité des races humaines*, 1853), que defendia a inferioridade dos negros. Como outros intelectuais haitianos da época, no entanto, buscava ainda que combatendo o racismo e a ideia de raças, um reconhecimento frente a civilização europeia e suas instituições em uma perspectiva assimilacionista. Ver a respeito: Hurbon (1993, p. 43-55).

haitianos como veremos a frente.³ O tema da negritude, de fato, era uma máscara usada pelo regime para avançar e consolidar seus objetivos políticos autoritários. E a propaganda transformou o tema da negritude haitiana e seu líder em um messias. A nação devia identificar-se agora integralmente com o Estado e esse era agora o próprio Duvalier, como na mensagem: “*desejar destruir Duvalier é desejar destruir o Haiti*”. Multiplicavam-se propagandas com técnicas e reminiscências da Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler que apresentavam Duvalier como a encarnação dos fundadores da nação, como o novo Dessalines que proclamara a independência em 1804 após derrotar as forças napoleônicas, senão como o próprio deus. Como dizia Duvalier: “Eu sou a bandeira haitiana. Quem é meu inimigo é inimigo da pátria” (HAGGERTY, 1991, p. 340). No entanto, consolidado o regime, Duvalier não hesitou em se dissociar também do tema da negritude quando foi necessário (TROUILLOT, 1990, p. 192, 196).

A transição bonapartista oferecia uma cobertura ideológica poderosa através o discurso nacionalista unificador para permitir eliminar as vozes políticas autônomas que se expressavam a luta de classes. Mas somente um remodelamento institucional de longo alcance do Estado poderia garantir para Duvalier o poder efetivo no quadro de permanente instabilidade vivida pelo país até pelo menos 1957.⁴ Ele optou inicialmente por uma solução

³ Uma crítica contundente à ideia de raça, que compartilhamos, é feita por Kwame Anthony Appiah (*A casa de meu pai, a África na filosofia da cultura*): “A verdade é que não existem raças: não há nada no mundo capaz de fazer tudo aquilo que pedimos que a raça faça por nós [...] Falar de ‘raça’ é particularmente desolador para aqueles de nós que levamos a cultura a sério. É que, onde a raça atua, [...] ela atua como uma espécie de metáfora da cultura; e só o faz ao preço de biologizar aquilo que é cultura, a ideologia” (p. 75, em particular ver o capítulo. 2, *Ilusões de raça*). Isso não significa negar a existência do racismo, que terminou por assumir um aspecto estrutural imbricado com o imperialismo dos EUA na história recente haitiana; ver a esse respeito: Seguy, Frack. Humanitarismo e questão racial no Haiti. No Brasil um importante trabalho a esse respeito é o de Jacques d’Adesky, *Pluralismo étnico e multiculturalismo – racismo e anti-racismos no Brasil*.

⁴ A manipulação do tema racial e da construção ou incentivo às identidades raciais ou étnicas para destruir solidariedades de caráter econômico e de classes sociais foi captada em vários estudos, em particular sobre o movimento operário nos EUA. Ver por exemplo: James S. Olson, “Race, Class and Progress: Black Leadership and Industrial Unionism, 1936-1945”; David M. Gordon et al., *Segmented Work, Divided Workers*”, p. 141-143, ambos citados por K. A. Appiah (op cit), que destacou em particular os esforços da fundação Ford na década

que afastasse ambos os extremos, direita e esquerda, como oponentes do espectro político. Para garantir o controle político sobre a sempre refratária elite ‘mulata’ - como era identificada à fração dominante da burguesia haitiana - Duvalier se utilizou da intimidação e da corrupção para criar sua própria fração de classe, enriquecendo seus apoiadores próximos com vantagens e recursos provindos do Estado: uma ‘papadocracia’⁵ se fortalecia na oposição que era alimentada entre negros e ‘mulatos’. Era o início da longa diáspora haitiana à França, aos EUA, ao Canadá, alcançando mesmo os líderes políticos ligados ao Vaticano. Os partidos de oposição foram brutalmente perseguidos, obrigando cerca de doze partidos a atuarem no exílio. Leslie Manigat atuou desde Caracas. O PUCH baseou-se na França, o Partido Nacional Progressista Revolucionário Haitiano (Panpra), liderado por Serge Gilles, estabeleceu-se na França; o Partido Democrático Revolucionário Haitiano (Modelh) ficou na República Dominicana, depois conhecido como Movimento Democrático pela Libertação do Haiti e liderado por François Latortue (HAGGERTY, 1991, p. 343).

Na medida em que o regime se consolidava, paralelamente se abria mão de qualquer compromisso nacional estável relacionado ao cada vez mais improvável fortalecimento democrático do Estado e da soberania econômica do país. O bonapartismo e sua cobertura ideológica nacionalista e em favor da maioria negra se tornavam cada vez mais desnecessários. A essência semicolonial e autoritária do regime tornava-se mais explícita. O desenvolvimento de grupos sociais parasitários em torno do novo poder e o declínio da produtividade agrícola e da soberania alimentar, por exemplo, estão relacionados a esse processo. A maioria dos apoiadores de Duvalier era recrutada entre parasitas sociais das novas áreas urbanas, também artesãos e pequenos proprietários, profissionais

de 1930 nos EUA no apoio financeiro às igrejas negras de Detroit buscando incentivar a diferenciação racial e derrotar a solidariedade dos trabalhadores (p. 288). A orientação política de Duvalier a esse respeito não era, portanto, totalmente inédita ao utilizar a ideologia racial para destruir as organizações de classe dos trabalhadores que se fortalecia após 1946.

⁵ François Duvalier era chamado popularmente de Papa Doc em referência às suas atividades anteriores como médico em consultórios populares, imagem que ele usou demagogicamente na sua futura carreira política.

liberais, e que formavam o seu extrato de comando. O duvalierismo envolvia mais que o uso explícito da força, incluía uma estratégia de distribuição econômica que permitia recrutar a baixo preço indivíduos para executá-la. A compreensão dessa estratégia permite entender a extensão socioeconômica e a situação geográfica desses parasitas urbanos em torno do seu novo regime (TROUILLOT, 1990, p. 153). Mas Duvalier destacou-se de todos os seus antecessores pela maneira como ele desenvolveu a distribuição desses recursos.

A transição bonapartista oferecera a oportunidade de construir um novo tipo de regime que a história haitiana não conheceria. A redistribuição de recursos financeiros afetou diretamente um amplo e crescente núcleo de parasitas sociais do Estado. Ao mesmo tempo atingiu um dos objetivos centrais do bonapartismo: destruir as organizações políticas, sindicais e populares que agiam de maneira independente. Os ganhos financeiros individuais dos apoiadores do regime se muitas vezes eram menores, permitiam que os líderes governistas pudessem comprar um amplo número de simpatizantes com menos recursos. A patronagem política, a participação em projetos governamentais e nas forças militares e paramilitares eram sinais do alinhamento político com consequências políticas e econômicas favoráveis aos indivíduos com esses vínculos. A compensação monetária não estava ligada necessariamente às origens sociais do indivíduo, dando a impressão de que se tornava mais acessível o acesso a determinados bens materiais. Quando os recursos do estado eram insuficientes, os chefes locais do regime podiam extrair mais com taxas extras e com isso, submetendo centenas de artesãos, de pequenos proprietários, de camponeses, tornavam-se senhores incontestáveis de suas vilas regiões. Era da fidelidade individual desses homens e mulheres que se extraíam os futuros milicianos paramilitares do regime. Isso permitia promover a contínua aliança desses centros de poder político para a manutenção do poder local. Para a maioria, no entanto, a ascensão social e política não era mais que uma possibilidade. Os espaços coletivos independentes do estado e de articulação popular foram, assim, sendo submetidos e dissolvidos.

Os milicianos e o fim do bonapartismo

Duvalier estendeu uma rede política e de milicianos civis por todo o país, tendo de fato a habilidade de substituir o lugar antes central do aparato militar na manutenção do estado e no controle social. A relativa autonomia do exército como corpo militar estranho ao estado nacional, criado após a invasão dos EUA em 1915 era, contraditoriamente, um obstáculo à consolidação do regime de Duvalier. No exército ele decapitou os líderes e também fechou a Academia Militar para bloquear uma renovação institucional da hierarquia, mas compensou isto promovendo soldados para níveis superiores. Em dezembro de 1958 todo o comando do exército foi substituído por jovens e leais oficiais treinados pelos marines dos Estados Unidos. A remodelação do exército se deu promovendo um novo grupo de oficiais provindos da baixa pequena burguesia, de famílias de profissionais negros, de mulatos de pequenas vilas e cidades com pouca influência social, o que desferiu um golpe nos tradicionais aliados dos seus adversários. O exército do Haiti nunca tinha sido palco de tão rápidas promoções quanto período do início do governo Duvalier. Essas promoções nunca preencheram o vácuo criado no topo, mas fizeram momentaneamente o suficiente no potencial de pretendentes e enfraqueceram os antigos dirigentes (TROUILLOT, 1990, p. 157). Por isso, foi criada uma guarda presidencial para garantir a independência militar e a segurança, que com o tempo se transformou em uma força de elite dentro do exército, o corpo dos Leopards, criado em 1970 e voltado exclusivamente para a manutenção de Duvalier no poder, além de desencorajar possíveis golpes de estado.

Duvalier também buscou neutralizar as forças armadas com uma milícia própria. E com o tempo o terror tornou-se permanente no cotidiano da população através a presença de um corpo armado para reprimir a todos. Durante sua campanha presidencial Duvalier já havia criado uma guarda armada privada e paramilitar, os *cagoullards* (homens encapuzados). Ele também foi hábil em incorporar e recrutar os primeiros tontons-makoutes nos segmentos e áreas de populações rurais que antes tinham fornecido guerrilheiros para as rebeliões camponesas dos Piquets no século XIX e dos guerrilheiros Cacos contra a ocupação dos EUA em 1915. Ele provavelmente visara com isso

cooptar setores e grupos excluídos que no passado tiveram capacidade de ação independente para lutar, para agora incorporá-los a um sistema político mais sólido e concentrado. Os milicianos Tontons eram voluntários sem salários, mas que buscaram através da participação nessa organização algumas vantagens pessoais através também da corrupção (HAGGERTY, 1991, p. 338). Enquanto a guarda presidencial zelava pela segurança da capital, os Tontons expandiam sua autoridade pelo interior do país. Em 1961, apenas dois anos depois de serem criados, a milícia dos Tontons tinha efetivos duas vezes maiores que o exército. Nunca foram uma verdadeira milícia, mas também não eram uma simples polícia política. Era mais provavelmente uma milícia de tipo fascista que complementava o aparato de poder.

Os Tontons permitiram expandir a influência de Duvalier e consolidar seu sistema de patronagem. Mesmo após sua extinção como grupo armado, as antigas redes de relações construídas mantiveram-se como ativos instrumentos de controle e intimidação política nos rincões do país. Foi com os Tontons que Duvalier conseguiu atingir e atrair, controlando, o mundo camponês para o seu poder político. Mas esse controle não abriu nenhuma possibilidade de autonomia ou participação democrática às massas camponesas do país, pelo contrário. Era uma expressão concreta o novo regime autoritário em plena consolidação. Em contraste, criara-se a consciência da existência de um sistema político nacional centralizado autoritariamente e de novas aspirações políticas, mas ao lado da destruição de qualquer institucionalização da vida política local (HAGGERTY, 1991, p. 342). Os Tontons mantiveram-se ainda depois do fim da ditadura em 1986 como um dos mais poderosos obstáculos à construção de instrumentos de democracia e organização popular.

Contrariamente ao que se poderia pensar, para além da importância para o controle político em si, a existência dos Tontons tinha um alcance ainda maior como sistema de controle social. O alto número de seus potenciais membros, no segundo nível abaixo, reduzia os custos econômicos e políticos de adesão ao regime e criava uma feroz competição social, neutralizando ou dispersando o potencial das massas de se oporem ao regime coletivamente. Era o velho método de dividir para reinar ou a autoneutralização como tática, que consistia em aumentar os grupos de

acesso às fontes políticas e econômicas do regime para cooptá-los. Dessa forma o número de indivíduos almejando novos privilégios tornava-se bastante para bloquear eficazmente a emergência de uma oposição de massas (TROUILLOT, 1990, p. 154-156). O regime de Duvalier subsidiava um número extraordinário de partidários, mas esse custo caía a cada eliminação de milhares de profissionais, burocratas, oficiais do exército, além dos expedientes da prisão, tortura e emigração forçada, o que sempre permitia reduzir o número de pretendentes à liderança política superior. Em um primeiro momento esse sistema político poderia ser visto como um regime de fragmentação e debilitamento do estado nacional, mas se localmente fragmentava as possibilidades de dinâmicas populares autonomistas, ajudava a concentrar o poder acima das classes e diretamente na cúpula do estado, particularmente em Duvalier.

Em 1962 foi dado um passo a mais na consolidação do regime autoritário com a fundação de uma instituição paralela, uma milícia civil chamada de corpos de Voluntários da Segurança Nacional ou VSN. Nem todos os antigos membros dos Tontons tornaram-se integrantes dos VSNs, muitos se recusaram a vestir os uniformes da nova milícia porque era uma organização recrutada entre membros das camadas populares. O mais importante era que nem todos os membros da nova milícia tinham sido Tontons. De fato, havia uma distinção entre os membros da polícia política Tontons e os milicianos membros da nova milícia civil. Os Tontons expressavam uma participação ativa no regime na repressão. Enquanto os membros da pequena burguesia na polícia política prendiam e torturavam os oponentes do regime, os camponeses que eram membros da milícia VSN marchavam ao som de músicas militares nas ruas da capital intimidando com sua presença a burguesia e a pequena burguesia. Até a década de 1970 a maior parte dos milicianos tinha uniforme, mas eram desarmados. Com uniforme azul escuro, evocava o tradicional costume local do deus vodu Zaka, um deus dos camponeses e da agricultura. Assemelhavam-se a uma milícia fascista.

O poder precisava ser mantido para além da violência cotidiana que se instalava, e para isso era necessário gerar o consentimento. O regime de Duvalier o buscou através de várias estratégias: a ampliação do discurso da negritude no interior de um quadro nacionalista e de identificação do

estado com a nação. Essa foi uma estratégia inicialmente dirigida às classes populares através da expansão do papel do estado como mecanismos de redistribuição de renda e uso da milícia civil como organização de construção do consenso (TROUILLOT, 1990, p. 188). Esses mecanismos caracterizavam de maneira mais precisa o regime bonapartista criado por Duvalier em seus anos iniciais. Ações que em primeiro lugar reforçavam a coação social e política não somente nas cidades, mas também nos campos. Dessa maneira, mesmo se um membro da milícia não usava a força física contra a comunidade, sua presença sugeria a presença do estado armado. A existência de muitos milicianos também sugeria que o governo possuía um grande consenso, o que de fato não existia. A milícia civil era de fato mais um instrumento de organização através do qual o regime buscava apoio prático e verbal no interior da sociedade civil. Tornou-se um sistema eficiente de controle nacional em um país carente de instituições enraizadas em todas as regiões. Não existia, por exemplo, um sistema nacional de educação. Mesmo a prática religiosa do vodu não possuía uma hierarquia nacional. Assim, a milícia civil tornou-se para muitos uma organização com presença nacional que permitia a Duvalier estar presente em todas as regiões. Os milicianos eram recrutados e reconhecidos em todo país independentemente da localização espacial, classe, idade ou gênero. Até mulheres podiam participar, o que a tornava uma organização de cooptação nacional, que favorecia uma ascensão econômica ou social ainda que modesta para setores das classes populares (TROUILLOT, 1990, p. 191).

O controle das instituições nacionais

Duvalier consolidou seu poder, como vimos, submetendo antigas instituições e construindo novas de cunho marcadamente autoritário como as milícias e o sistema de patronagem e foi além. Desde a desarticulação das organizações sindicais e populares independentes e do controle dos aparatos militares, seguiu aplicando um ataque sistemático às instituições nacionais com certa autonomia e que já haviam sido enfraquecidas desde a ocupação dos EUA. Todas as instituições civis incluindo os aparelhos ideológicos

(igrejas, escolas, universidades, mídias, as associações profissionais, os clubes esportivos, de todos os tipos de cores sociais e raciais), foram todos fechados ou reduzidos à impotência.

O regime não satisfeito em silenciar a imprensa independente criou sua própria mídia com programas de rádio que propagavam as virtudes do grande líder. O controle dos meios de comunicação foi central para a manutenção do regime. Na década de 1960 os jornais tinham uma circulação de pouco mais de 5.000 exemplares em um país com cerca de 10% de alfabetização. Eram jornais que influenciavam as classes dominantes e sem quase nenhum alcance popular. Mas em poucos meses de governo, Duvalier inviabilizou os quatro principais jornais do país (*Oiti-mirim*, *Le Matin*, *Le Patriote* e *Indépendance*), que foram calados com ataques a seus escritórios. O último a ser fechado foi o jornal conservador e católico *La Phalange* em 1961. Muitos jornalistas foram presos ou torturados, se impondo o pensamento único na imprensa de 1960 até praticamente o final do regime em 1986. As rádios não tiveram destino melhor. Com isso, no entanto, a *Rádio Havana* de Cuba já sob a revolução socialista e a *Voz da América* dos EUA tornaram-se referências, além do jornal *Haiti-Observateur* de Nova Iorque (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 101-102).

Também a igreja católica foi atacada com sucessivas ações e a expulsão de três bispos, o que criou um vácuo no topo da instituição. A prática política da autoneutralização implicava que o executivo bloqueasse os mecanismos internos de reprodução autônoma das instituições como, por exemplo, o fechamento do grande seminário que provia o treinamento de novos padres católicos. Isso permitiu a Duvalier nomear depois padres haitianos da pequena burguesia para postos ministeriais. A expulsão dos jesuítas em 1964 e da Ordem do Pai de Espírito Santo cinco anos depois eliminou duas ordens religiosas já isoladas nos anos 1959-61. Duvalier chegou a acusar o ultraconservador arcebispo Breton de promover agitação comunista. A igreja católica sempre jogara papel político importante como bastião autônomo das forças conservadoras do país. Declarada religião oficial desde 1860, foi sempre uma arma nas mãos da fração ‘mulata’ da burguesia que queria ocidentalizar o país, sendo instrumento de perseguição à cultura popular e à religião vodu. Após a expulsão os religiosos e dos jesuítas deportados em 1964,

Duvalier e seu gabinete foram excomungados. Mas em 1966 um acordo foi celebrado com o papa de então. A ditadura recebeu dinheiro do Vaticano para “haitianizar” a igreja, com a nomeação de cinco bispos haitianos e o próprio Duvalier se tornaria um “líder espiritual” dos católicos. A igreja católica estava reincorporada ao regime. Desde sempre foram aliados, antes defendendo os interesses da França contra o Haiti, apoiando os EUA durante a ocupação em nome da “missão civilizatória” (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 103) e agora submetidos a Duvalier. As missões protestantes providas dos EUA também foram adaptadas aos interesses do regime, incentivadas elas buscavam criar laços e dependência com a cultura estadunidense.

François Duvalier percebera desde antes de chegar à presidência o lugar central da religião Vodou na vida do povo haitiano e estudara suas práticas. Ele se aproximou e incorporou uma rede de relações com os sacerdotes vodus ou *bougans* no apoio ao seu regime. Ao reconhecer publicamente o vodou e seus praticantes, ganhou amplas simpatias populares. Além disso, era visto popularmente como um líder que controlava supostas forças mágicas e de fato serviu como uma forma peculiar de ganhar legitimidade para seus atos.⁶ O Vodou surgira no passado como religião dos africanos escravizados de múltiplas linhagens providas da África. Em 1847 o presidente Soulouque favorecera o Vodou para conseguir o apoio dos *bougans*. Trata-se de uma religião que conserva traços culturais africanos originários da região do Daomé. É basicamente uma religião de culto aos espíritos ou divindades chamados de *loas*. Cada *loa* tem a sua moradia particular no mar, em um rio, em uma montanha, pode ajudar os seus seguidores fiéis com o vigor das ações ou

⁶ Diversos estudos demonstraram que havia uma operacionalidade própria e lógica dos voduístas, que foi particularmente destacada no livro de Wade Davis *A serpente e o arco-íris*, de 1986: “Essas relações de poder estavam encobertas em uma teia de códigos e significados desconsiderados por economistas e analistas políticos que tentaram, com base na racionalidade ocidental, explicar o caos e horror que estava submersa a administração do Haiti”... (Ver: SCARAMAL, 2006, p. 79). Assim, “a administração pública oficial, para chegar à população, deveria estar apoiada nas redes tradicionais de controle social criadas pelo próprio campesinato”. Estas redes comunitárias descritas foram comumente associadas pela historiografia como seitas secretas do vodou (SCARAMAL, 2006, p. 82; NICHOLLS, 1996, p. 221-223). Duvalier, por outro lado, soube aproveitá-las em benefício do seu regime para criar suas próprias redes de poder.

som dos tambores sagrados. Os *loas* são protetores dos seus servidores e de quem os ajuda. Comunicam-se com seus seguidores por meio de *trances* e com formas humanas. As cerimônias do Vodou são executadas em locais abertos ao público (GRONDIN, 1985, p. 79-80). A clandestinidade a que foi obrigada a religião desde a colônia por conta e numerosas perseguições deu-lhe um caráter secreto e misterioso que favoreceu interpretações excêntricas.⁷ O poder político dado pelo Vodou aos seus sacerdotes acarretou as perseguições dos primeiros chefes haitianos no século XIX e a movimentos de recuperação com fins políticos conservadores, como agora fazia Duvalier.

As universidades e centros de estudos e pesquisas foram profundamente afetadas e o conjunto do sistema de ensino superior foi submetido a partir de 1960 com a criação da Universidade do Estado do Haiti. Em 1963 o regime agiu contra os sindicatos, provavelmente parte das últimas instituições que ainda preservavam um razoável espaço de articulação e debate político independente a serem alcançadas por Duvalier.

Apesar de proibido de se candidatar François Duvalier foi eleito por 1.320.748 votos a zero em 1964. E com todas as instituições praticamente submetidas à centralização do executivo, Duvalier se declarou presidente vitalício. Para solidificar seu poder o governante haitiano produziu uma nova constituição e aboliu o Senado. Com isso, o executivo se tornou praticamente o próprio Estado. O bonapartismo como um tipo de regime transitório e que exigia medidas e ações de caráter nacional e popular, bem como uma ideologia de intermediação correspondente, tornara-se desnecessário com o quase completo aniquilamento da capacidade de ação independente das massas trabalhadoras, o fechamento dos seus sindicatos, partidos e imprensa, além da presença cada vez mais enraizada das milícias do regime. O caminho para a ditadura e o autoritarismo estava pavimentado.

O Haiti quase sempre teve um Estado violento contra a maioria do seu povo. Com Duvalier a legitimidade diária da violência física ou simbólica tornou-se um princípio de governo nas relações entre estado e nação. A concentração de poderes não deveria, portanto, ser vista como algo patológico

⁷ A respeito da construção do imaginário europeu da barbárie e sua relação com o Haiti ver, em particular, Hurbon (1993).

à vida política haitiana, embora tenha sido uma característica da história política do país a dificuldade da participação e organização democrática das massas populares. Seria muito simples atribuir o autoritarismo presidencialista implantado por Duvalier a uma espécie de obsessão política nacional (HAGGERTY, 1991, p. 339).⁸ Porém, os efeitos do regime foram brutais para a sociedade e história do país. Calcula-se entre 20 e 50 mil pessoas assassinadas pelo governo em razão de perseguições políticas. Muitos emigraram para nunca mais voltar, sendo que mais de um quinto da população foi exilada econômica ou politicamente, e segundo algumas estimativas pelo menos de 80% dos profissionais qualificados deixaram o país até meados da década de 1960 (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 97).

Conclusões

Jean François Duvalier não foi apenas mais um político pragmático e de viés autoritário. Foi um estudioso da vida e da história do seu país e nunca agia de forma voluntariosa. Criou um tipo de regime paternalista e autoritário moldado pelas características e história nacional, voltado para a concentração de poder político e econômico de uma burguesia saqueadora e associada ao imperialismo. Muitos segmentos da elite haitiana, incluindo muitos políticos da direita, buscaram posteriormente reduzir o regime Duvalier a um fenômeno acidental, que poderia ser explicado em termos de características individuais do Duvalier pai ou o filho.⁹ Mas o regime, como vimos, foi bem mais complexo. A historiografia em geral privilegia como explicação para a consolidação do regime de Duvalier suas relações estreitas com a política externa dos EUA, o que é correto. Porém, deve-se considerar que o período pós Segunda Guerra abriu um espaço, ainda que

⁸ Posição defendida com ênfase por esta publicação oficial dos EUA para desresponsabilizá-lo como Estado em relação ao profundo envolvimento com os destino do pequeno país caribenho e, em particular, o regime de François Duvalier.

⁹ Jean-Claude Duvalier (o Baby Doc) assumiu o poder em 1971 após a morte do pai e governou o país até 1986 quando foi derrubado por uma insurreição popular que, no entanto, não conseguiu alterar imediatamente o regime então profundamente enraizado.

limitado, para governos nacionalistas na América Latina. Daniel Fignolé e seu movimento popular, nacionalista e de massas construiu alianças pontuais com setores da esquerda haitiana e dos setores sindicais mais coesos e politizados, sendo uma ameaça real nesse período ao poder das classes dominantes. Essa ameaça popular começou a ser destruída a partir de 1957 através do regime bonapartista. Duvalier ganhou a simpatia de muitos desses setores originariamente atraídos por Fignolé com seu discurso oscilante e ambíguo em favor da maioria negra e popular, mas cujo núcleo era conservador e autoritário.

A orientação política construída por François Duvalier se estruturou em estratégias que podem ser divididas em dois campos, que por sua vez caracterizaram o espaço de oscilação do regime bonapartista: a criação e atenção a uma crescente base social de consenso por meio da repressão, cooptação e propaganda nacionalista, e uma aliança estratégica e nem sempre explícita com o imperialismo dos EUA. O tipo de regime ditatorial estruturado como autoritarismo personalista exigiu inicialmente a desmobilização e desarticulação política das massas populares e de diversos setores e instituições organizadas através de várias estratégias como apontamos. O bonapartismo serviu a esse propósito inicialmente ao colocar Duvalier como árbitro nacional conciliador acima das classes e com suposta autonomia em relação aos EUA. Isso lhe deu uma autoridade política para desmobilizar ou imobilizar organizações e grupos adversários ou autônomos. O complemento necessário foi a construção sistemática de um aparato político e de repressão enraizado socialmente para desmobilizar os setores organizados. No princípio, portanto, se caracterizou como um regime bonapartista que buscou se apoiar em um discurso nacionalista e de defesa dos negros como raça. E na medida em que esmagava, com apoio do imperialismo, toda oposição interna, pode assim oscilar para uma ditadura abertamente autoritária e se desvencilhar da sua cobertura ideológica nacionalista e racial. Consolidado seu poder a ditadura se institucionalizou e pode se tornar hereditária em 1971 com a posse de seu filho Jean-Claude.

Referências

- ABOTH, Elizabeth. *Haiti – an insider's history of the rise and fall of the Duvaliers*. New York: Touchstone book, 1988.
- APPIAH, Anthony Kwame. *Na casa de meu pai, a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BELLEGRARDE-SMITH, Patrick. *Haiti, the breached citadel*. San Francisco; London: Westview Press, 1990.
- BENOIT, Joachim. *Les racines du sous-développement en Haïti*. S/l: Prix Deschamps, 1979.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim, Populismo latino-americano em discussão, in: Ferreira, Jorge, *O populismo e sua história*, Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001, pp. 125-165.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Curitiba: Letras contemporâneas, 2010.
- D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo – racismo e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- GORDON, David M. et al. *Segmented Work, Divided Workers: the historical transformation of the labor in the United States*. Cambridge: Cambridge University press, 1982.
- Grondin, Marcelo. *Haïti: cultura, poder e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HURBON, Laënnec. *El bárbaro imaginário*. Mexico: FCE, 1993.
- IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- NICHOLLS, David, *From Dessalines to Duvalier: race, colour, and national independence in Haïti*. New Jersey: Rutgers university press, 1996.
- OLSON, James S. Race, Class and Progress: Black Leadership and Industrial Unionism, 1936-1945. In: CANTOR, M. (Org.). *Black Labour in America*. Westport: Negro Universities Press, 1969, p. 153-164.
- PIERRE-CHARLES, Gérard. *Haïti, a crise ininterrupta, 1930-1975*. Brasília: Ed. UnB, 1990.
- RENDA, M. *Taking Haïti: military-occupation and the culture of US imperialism 1915-1940*. Chapel Hill: The university of North Carolina Press, 2001.

- ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. *Haiti – fenomenologia de uma barbárie*. Goiânia: Câne editorial, 2006.
- SCHIMIDT, Hans. *The United States occupation of Haiti, 1915-1934*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1971.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 1998.
- SEGUY, Frack. Humanitarismo e questão racial no Haiti. *Lutas Sociais*, v. 19, n. 34, p. 143-157, jan.-jun. 2015.
- TROTSKY, Leon. *Escritos latinoamericanos*. Buenos Aires: CEIP, 1999.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Haiti, state against nation – the origins and legacy of duvalierism*. New York: Monthly review press, 1990.
- WANSETTO, Rosilene (Org.). *Haiti: soberania e dignidade, Missão Internacional de Investigação e solidariedade com o Haiti*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.